

**PARÁFRASES DISCURSIVAS: INTERDIÇÃO E DISPERSÃO NA
CONSTRUÇÃO DE TÍTULOS DE OBRAS DO PNLD
DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Álvaro José da Silva Fonseca (UFT)

alvaro.fonseca@uft.edu.br

Janete Silva dos Santos (UFT)

janetesantos@uft.edu.br

RESUMO

A língua se manifesta parafraçando o interdiscurso que, por sua vez, funciona regulando os sentidos por meio de formações discursivas e determinando um movimento de interpretação em que os discursos mobilizados sejam uns e não outros. Ao mesmo tempo em que retoma o já dito, a paráfrase discursiva também produz polissemia, ou seja, ela dispersa sentidos. Essa articulação entre o paráfrástico e o polissêmico afeta as elaborações discursivas em momentos históricos diferentes. No campo das políticas públicas para o ensino de Língua Portuguesa essas construções mostram como diferentes concepções e abordagens disputam espaço no imaginário simbólico. Em especial, preocupa-nos a questão em torno dos sentidos que circulam no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o modo como as discursividades são direcionadas para o público escolar. Partindo dessa problemática, ancorados na Análise de Discurso francesa (AD), analisamos o funcionamento da paráfrase a partir de enunciados que circulam no PNLD. Sob dispositivos teóricos da AD, construímos um arquivo de títulos de obras recortados dos guias e manuais do PNLD de língua portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental, publicados no período de 1985 a 2017. Nesse gesto de leitura, problematizamos nosso objeto discursivo a partir de conceitos como formação discursiva, paráfrase, polissemia e arquivo. Por fim, apontamos como dois dispositivos paráfrásticos funcionam produzindo sentido: (i) a interdição, que atua regulando os sentidos a partir da presença das expressões “língua portuguesa” e “português”; e (ii) a dispersão, que deriva sentidos introduzindo outros elementos linguísticos que parafraçam aquelas expressões.

Palavras-chave:

PNLD. Análise de Discurso. Paráfrase discursiva.

ABSTRACT

Language manifests itself by paraphrasing the interdiscourse that, in turn, functions by regulating the senses through discursive formations and determining a movement of interpretation in which the mobilized discourses are one and not the other. At the same time as the above, the discursive paraphrase also produces polysemy, that is, it disperses meanings. This articulation between paraphrase and polysemics affects discursive elaborations at different historical moments. In the field of public policies for teaching Portuguese, these constructions show how different conceptions and approaches compete for space in the symbolic imaginary. In particular, we are concerned about the meanings that circulate within the scope of the National Textbook Program (PNLD) and the way discursivities are directed to the school public. Starting

from this problem, anchored in the French discourse analysis, we analyze the functioning of paraphrase from statements circulating in PNLD. Under the theoretical provisions of discourse analysis, we constructed an archive of clipped works from the Portuguese language PNLD guides and manuals of the final years of elementary school, published from 1985 to 2017. In this reading gesture, we problematized our discursive object from concepts such as discursive formation, paraphrase, polysemy and archive. Finally, we point out how two paraphrastic devices work producing meaning: (i) interdiction, which acts by regulating the senses from the presence of the expressions “Portuguese language” and “Portuguese”; and (ii) dispersion, which derives meanings by introducing other linguistic elements that paraphrase those expressions.

Keywords:

PNLD. Discourse Analysis. Discursive paraphrase.

1. Introdução

As políticas públicas educacionais ocupam um lugar de destaque no desenvolvimento social, notadamente atuando sobre a formação para o trabalho, o exercício da cidadania, o combate à desigualdade, a criação de tecnologias e, até mesmo, sobre a sustentabilidade do planeta. Por isso mesmo, são objeto de investigação de diversas áreas do conhecimento.

Do ponto de vista da linguagem, especificamente da análise de discurso, pesquisas no âmbito dessas políticas contribuem lançando uma luz sobre o modo como as contradições sociais e os fatos históricos determinam o imaginário simbólico, por meio do qual construímos nossa relação com o mundo. No campo do ensino de língua portuguesa existem diferentes concepções e abordagens disputando espaço e direcionando sentido para toda uma comunidade, especialmente aquela que convive no ambiente escolar. Assim, estudar os programas de Estado para o ensino do português sob uma perspectiva discursiva é expor a maneira como os discursos são produzidos e, afetam nossa compreensão acerca da educação brasileira.

Evidenciamos neste trabalho o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tendo em vista sua abrangência em termos geográficos – alcança todo o território brasileiro – e educacionais – envolve todos os níveis da educação básica, educação de jovens e adultos (EJA) e educação do campo. Preocupa-nos a problemática que envolve o desenvolvimento dessa política pública e a construção de discursividades em torno do ensino de Língua Portuguesa. A maneira como esses processos se relacionam afeta o modo como o ensino de Português é pensado dentro e fora da escola, especialmente nos espaços políticos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Nosso objetivo é analisar como funciona a paráfrase discursiva em títulos do PNLD de língua portuguesa. Para tanto, pretendemos descrever a materialidade linguística implicada nos processos discursivos de constituição dos títulos; problematizar os efeitos de unidade e de dispersão de tais formulações a partir do funcionamento de dispositivos específicos; e mostrar como o mecanismo parafrástico é mobilizado na produção dos sentidos que circulam por meio da identificação das obras disponíveis nos catálogos utilizados como referência nesta investigação.

Ancorados teórico-metodologicamente na análise de discurso francesa (AD), fundada por M. Pêcheux, mobilizamos os conceitos de formação discursiva (FD), que diz respeito as possibilidades do dizer num dado espaço discursivo; de paráfrase discursiva, tomada como o mecanismo de retomada dos dizeres; de polissemia, vinculada aos múltiplos sentidos que se desenvolvem a partir das construções parafrásticas; e de arquivo, compreendido como o conjunto dos dizeres constitutivos de um dado fato linguístico. A partir dessas posições teóricas, buscamos problematizar nosso objeto e contribuir com a discussão em torno do político – divisão dos sentidos – que envolve a construção dos sentidos campo das políticas de ensino de Língua Portuguesa nas escolas públicas brasileiras.

Como primeiro gesto de análise, realizamos uma incursão sobre as condições de produção da política pública sob a qual nos debruçamos. Esse movimento nos dá um recorte sócio-histórico dos acontecimentos que determinam a produção dos sentidos em torno do ensino de língua portuguesa ao longo do período destacado neste estudo.

Num segundo momento, descrevemos a materialidade sobre a qual nos debruçamos e explanamos a respeito dos métodos utilizados para a construção do nosso arquivo.

Depois, com o arquivo em mãos, mobilizamos o dispositivo de análise construído a partir da problemática levantada neste estudo, e discutimos os processos de elaboração dos títulos ao mesmo tempo em que levantamos algumas possibilidades de leitura a luz das condições históricas de produção.

2. Determinações da língua

As elaborações linguísticas são acontecimentos indissociáveis dos fatos históricos e das contradições sociais, uma vez que afetam a com-

preensão do mundo e moldam as composições discursivas possíveis a cada contexto de produção do simbólico. Isso não implica a existência de qualquer forma de controle dos sentidos por parte dos sujeitos; pelo contrário, cada experiência de mundo (particular ou coletiva) define como os sentidos são construídos e sob quais normatividades podem circular.

Para a AD, o que há são efeitos de sentido entre sujeitos que se relacionam por meio da linguagem, em um mundo construído simbolicamente, situado num dado momento, e cujos sentidos são operacionalizados pelo que a teoria chama de determinação histórica dos processos discursivos. Esses processos funcionam através da manifestação material da língua, ou seja, pelo produto linguístico sócio-historicamente situado. Podemos considerar, pois, que se realiza aí um mecanismo de contingenciamento dos dizeres que limita as possibilidades de compreensão do mundo segundo determinadas condições de produção. Ao recuperar dizeres de outros momentos, guardados nos arquivos governamentais, pretendemos verificar como tais determinações atuam sobre a língua.

Como ponto de partida situamos a política pública em questão num cenário de reinstauração do Estado brasileiro, período de estabilidade pós-ditadura militar, onde os debates em torno do ensino público ocupavam lugar de destaque nos espaços acadêmicos e políticos. Muito embora programas de distribuição de materiais didáticos já existissem com outras características, foi somente após a instituição do Decreto nº 91.542/85 que se consolidaram mudanças importantes, como a participação direta dos professores da educação básica na escolha do material e o financiamento por meio de recursos federais para a aquisição e distribuição das obras para as escolas públicas (SOARES, 2007), e que resultaram na institucionalização do PNLD.

Vale ressaltar que os movimentos populares, com maciça participação de acadêmicos e intelectuais, foram decisivos para uma tomada de posição contrária ao modelo de ensino vigente, consensualmente denominado de tradicional. Esse movimento ajudou a formar uma corrente teórico-conceitual para o ensino de Português a partir de uma perspectiva sociointeracionista, ancorada na análise linguística, produção textual e leitura (BUNZEN, 2011). O longo processo de discussão do currículo gerou resultados que influenciaram profundamente o Estado a assumir parâmetros conceituais sobre a educação, especialmente através da regulamentação dos critérios para a escolha dos materiais didáticos destinados ao Ensino Básico.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Após dez anos de Programa, segundo Tagliani (2011), a nova proposta do PNLD tornou mais criterioso o processo de avaliação dos livros didáticos. Graças a essas mudanças, o material didático passou a ter mais credibilidade. Isso foi reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) aprovada no mesmo ano, e pelas novas orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e das Diretrizes Curriculares Nacionais. Desse modo, as editoras passaram a se preocupar em cumprir as normas legais inclusive indicando na capa de alguns livros que “eles estão de acordo com os PCN” (TAGLIANI, 2011).

Com isso, de acordo com Striquer e Paixão (2010) os livros didáticos estiveram mais adequados às orientações conceituais para o ensino de Língua Portuguesa presentes nos PCN. Contudo, o dissenso acadêmico criava um espaço para disputas sobre as concepções de ensino. Conforme apontam Heineck e Pinton (2014) e Vahl e Peres (2017), há indícios de que existe um forte viés estruturalista nos materiais didáticos disponibilizados pelo governo, que mantem a gramática no eixo central do ensino de Língua Portuguesa.

Para Signorini (2004) há um fator político condicionante para a instituição escolar adotar o modelo de ensino pautado na homogeneização da língua através do ensino da gramática normativo-prescritiva. Segundo a autora, parte-se de uma “mentalidade diglôssica” que desautoriza o falante a usar a língua segundo sua experiência sócio-cultural, e estabelece um padrão linguístico a partir do qual se busca homogeneizar toda a comunidade segundo os parâmetros institucionalizados. Nas palavras de Signorini (2004), “segundo esse modelo, a igualdade das condições entre falantes de uma mesma língua é o objetivo a ser alcançado através da escolarização/universalização dos saberes sobre a língua” (idem, p. 96). Para Mendonça (2006 *apud*: HEINECK; PINTON, 2014, p. 444), a gramática ensinada na escola precisa estar focada em formar pessoas com plenas condições de uso autônomo, seguro e eficaz da língua. O que se pratica hoje é um ensino que, no mínimo, deseja formar “gramáticos ou linguísticas descritivistas” (*Idem*, p. 444).

Para alguns, essa problemática seria agravada pelo processo de escolha do Livro Didático. Estudos realizados sobre o processo de seleção das obras mostram que o PNLD falha na etapa em que entram em cena os professores da educação básica. De acordo com Tagliani (2009), a seleção das obras raramente é feita utilizando as avaliações contidas nos guias do PNLD. Segundo a autora, a análise desses livros se baseia em critérios superficiais, levando a escolha de materiais geralmente pro-

blemáticos do ponto de vista teórico. Para Silva e Carvalho (2013, p. 104), “mesmo indicado pelo PNLD, [o livro didático de Língua Portuguesa] contraria os próprios objetivos definidos pelo programa para o ensino da língua [...]”.

O PNLD continuou sendo aperfeiçoado ao longo dos anos 1990 e as novas regras direcionaram cada vez mais a implementação de um projeto de ensino de Língua Portuguesa que contemplou “uma política pública e linguística de incentivo à leitura” e de enfrentamento aos problemas identificados no ensino de português (BUNZEN, 2011). Para Tagliani (2006) o ensino de Língua Portuguesa pautado nos livros didáticos ainda atua como “um instrumento de marginalização social” a serviço da “ideologia burguesa”, ao reproduzir um modelo de dominação linguística onde existe uma sobreposição do “dialeto padrão das classes dominantes” em relação ao dialeto não padrão falado pelas classes dominadas.

Mesmo diante das críticas, o PNLD se consolidou no Brasil como política pública de ensino segundo uma concepção que considera o livro didático (LD) como um recurso pedagógico fundamental para a concretização do processo de ensino–aprendizagem e principal material didático utilizado pelo(a) professor(a) em sala de aula (BUNZEN, 2000, 2001; TAGLIANI, 2009, 2011; SILVA; CARVALHO, 2013; GONÇALVES e NAPOLITANO, 2013; RODRIGUES; FERNANDES, 2014; DI GIORGI *et al*, 2014).

Discursivamente, as novas regras determinaram a construção de livros mais preocupados com “o que dizer” e “como dizer”, já que haveria um processo bem mais criterioso para a seleção das obras. As editoras entraram no jogo do que pode ser dito e do que deve ser silenciado. Para a análise de discurso isso não é uma tarefa simples, considerando que o assujeitamento nos coloca a todos numa posição ideológica em que nos escapa o controle dos sentidos daquilo que produzimos enquanto discurso. Dessa forma, torna-se inevitável o aparecimento de contradições sociais nos livros didáticos aprovados, mesmo com todo o aparato técnico em torno da seleção das melhores (mais adequadas) obras.

No lugar de autoridade responsável pelo julgamento dos livros didáticos, os avaliadores se encontram inseridos no conjunto dos sistemas – burocrático, científico, financeiro etc. – que implicam no contrato entre editoras e governo para a aquisição e distribuição das obras. Isso nos leva a considerar que o livro didático é, sobretudo, um produto de valor mercadológico. Aprovação (ou não) de uma obra seria afetada por condições

políticas mais do que o senso comum considera. Isso partindo do pressuposto que essa relação se dá, no mínimo, a partir do jogo entre as condições de estabelecimento do conhecimento formal atualizado (preponderantemente científico) e do conteúdo pertinente/conveniente (preponderantemente político). Estamos de acordo com Pêcheux (2009):

Ao dizer que as condições da produção dos conhecimentos científicos estão inscritas nas condições de reprodução/trans formação das relações de produção, não estamos fazendo mais do que explicitar a afirmação precedente. Especifiquemos: as condições dessa reprodução/trans formação são, como já foi assinalado, ao mesmo tempo econômicas e não-econômicas. (*Idem*, p. 172)

Nossa compreensão está de acordo com Bunzen (2005), segundo quem a análise do livro didático precisa considerá-lo como um “produto de consumo”, cujas transações comerciais estão atreladas às regras que regem o “contexto econômico, político e legislativo”. Assim, “algumas das opções tomadas por autores e editores, as múltiplas estratégias de sedução que são desenvolvidas, não podem ser desarticuladas das características do mercado” (*Idem*, p. 559-60). Além disso, o governo ainda tem uma atuação decisiva na definição do que pode ou não veicular no material didático.

Em linhas gerais, todas as obras dedicam-se a oferecer um suporte didático ao(à) professor(a) em sua lida diária em sala de aula, além de constituir a referência para a condução dos conteúdos adequados às diferentes etapas do desenvolvimento escolar de crianças e jovens brasileiras. De maneira particular, cada editora, além de procurar se adequar às exigências do edital, preocupa-se em apresentar uma proposta capaz de superar as suas concorrentes e assim receber o selo de qualidade do Governo Federal. Esse jogo possibilita que haja um movimento de retomada da memória discursiva e de articulação com outras formações discursivas para que os sujeitos envolvidos na escolha do livro didático mobilizem as relações “certas” para aprovação da obra.

3. *Percurso teórico-metodológico*

3.1. *A materialidade*

Tomamos como materialidade os catálogos do PNLD publicados no período de 1985 a 2017 e disponíveis para consulta no site do Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC)²⁹⁶.

Para a constituição do *corpus*, construímos um arquivo composto pelo recorte²⁹⁷ dos títulos²⁹⁸ das obras da disciplina de Língua Portuguesa, também registrada como “comunicação e expressão” e “português”, constantes no material supracitado. O *corpus* possui 207 (duzentos e sete) títulos dos quais alguns se repetem em mais de um guia/manual, com ou sem alteração em sua grafia. Salientamos que os enunciados considerados para análise são aqueles construídos pelo guia/manual, que são diferentes em termos estilísticos/estéticos dos encontrados nas capas dos livros, como podemos verificar no exemplo seguinte.



Fonte: recorte do Guia do PNL D 2017.

Na ocorrência acima, consideramos o título do livro como PROJETO TELÁRIS – PORTUGUÊS, conforme apresenta o guia. Desta feita, o arquivo é composto pelos seguintes enunciados, organizados nos períodos correspondentes a sua publicação no catálogo do MEC e separados por ponto e vírgula.

2017
Projeto Teláris – Português; Português – Linguagens; Singular & Plural - Leitura, Produção e Estudos de Linguagem; Universos – Língua Portuguesa; Para Viver Juntos – Português; Tecendo Linguagens.

²⁹⁶ <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico>.

²⁹⁷ (Orlandi, 1984).

²⁹⁸ Chamamos de títulos o enunciado que nomeia o livro didático.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

2014
A aventura da Linguagem; Jornadas.port – língua portuguesa; Tecendo linguagens; Para viver juntos português; Coleção perspectiva: língua portuguesa; Português linguagens; Português nos dias de hoje; Português: uma língua brasileira; Projeto teláris – português; Singular e plural – leitura, produção e estudos da linguagem; Universos língua portuguesa; Vontade de saber português.
2011
A AVENTURA DA LINGUAGEM; DIÁLOGO – EDIÇÃO RENOVADA; LÍNGUA PORTUGUESA – LINGUAGEM E INTERAÇÃO; LINGUAGEM: CRIAÇÃO E INTERAÇÃO; PARA LER O MUNDO – LÍNGUA PORTUGUESA; PARA VIVER JUNTOS – PORTUGUÊS ; PORTUGUÊS – A ARTE DA PALAVRA; PORTUGUÊS – IDEIAS & LINGUAGENS ; PORTUGUÊS – UMA PROPOSTA PARA O LETRAMENTO; PORTUGUÊS – LINGUAGENS; PROJETO ECO – LÍNGUA PORTUGUESA; PROJETO RADIX – PORTUGUÊS ; TRABALHANDO COM A LINGUAGEM; TRAJETÓRIAS DA PALAVRA – LÍNGUA PORTUGUESA; TUDO É LINGUAGEM; VIVA PORTUGUÊS.
2008
Língua Portuguesa Rumo ao Letramento; Texto & Linguagens; Praticando Nossa Língua; Leitura do Mundo; Novo Diálogo; Português – Leitura, Produção, Gramática; Português - Uma Proposta para o Letramento; Português: Dialogando com Textos; Português em Outras Palavras; Português para Todos; Coleção Tecendo Linguagens: Língua Portuguesa; Português na Ponta da Língua; Construindo Consciências – Português; Trabalhando com a Linguagem; Olhe a Língua!; Língua Portuguesa - Linguagens no Século XXI ; Linguagem Nova; Ler, entender, criar; Coleção Mosaico do Conhecimento: Língua Portuguesa; Português - Ideias & Linguagens; Viva Português; Tudo é linguagem; Projeto Araribá – Português; Português Linguagens.
2005
Coleção ALET -Aprendendo a Ler e Escrever Textos; Coleção ALP Novo – Análise, Linguagem e Pensamento; Coleção A Palavra é Sua; Coleção Arte & Manhas da Linguagem; Coleção Encontro e reencontro em Língua; Portuguesa - Reflexão & Ação; Coleção Entre Palavras – Edição Renovada; Coleção Leitura do Mundo; Coleção Lendo e Interferindo; Coleção Ler, Entender, Criar – Língua Portuguesa; Coleção Linguagem - Criação e Interação; Coleção Linguagem Nova; Coleção Língua Portuguesa – Linguagens no Século XXI; Coleção Língua Portuguesa - Rumo ao Letramento; Coleção Olhe a Língua!; Coleção Palavra Aberta; Coleção Palavras; Coleção Para Ler o Mundo; Coleção Português: Dialogando com Textos; Coleção Português em outras Palavras; Coleção Português – Ideias & Linguagens; Coleção Português – Leitura, Produção, Gramática; Coleção Português Linguagens; Coleção Português na Ponta da Língua; Coleção Português para Todos; Coleção Português: Texto & Voz; Coleção Português - Uma Proposta para o Letramento; Coleção Série Link da Comunicação; Coleção Tecendo Textos - Ensino de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Língua Portuguesa; através de Projetos.
2002
ALP – Análise, Linguagem e Pensamento – Língua Portuguesa; Leitura do Mundo; Linguagem e Interação; Linguagem Nova; Linguagem: Criação e Interação; Português na ponta da Língua; Olhe a Língua! Língua Portuguesa; Português: Linguagens; Tecendo: linguagens; Tecendo Textos – Ensino de Língua Portuguesa através de Projetos; A Palavra é Português; A Palavra é Sua - Língua Portuguesa; Encontro e Reencontro em Língua Portuguesa - Reflexão e Ação; Entre Palavras – Língua Portuguesa; LEC – Linguagem, Expressão e Cidadania; Lendo e Interferindo; Montagem e desmontagem de textos; Oficina de Textos – Leitura e Redação; Português em Outras Palavras; Português: Leitura e Expressão; Português: Palavra Aberta; Tudo da Trama Tudo dá Trama.
1992
Aprendendo comunicação - versão Minas Gerais; Atividades de comunicação em língua portuguesa; Atos e fatos da língua portuguesa; Aulas de português; Comunicação em língua portuguesa; Construindo a comunicação; Curso moderno de língua portuguesa; Ensino da língua portuguesa através de exercícios; Escrevendo; Hora de comunicação; Ler e redigir – 4; Linguagem, leitura e produção de textos; Língua nacional; Língua portuguesa; Língua portuguesa: aprendizagem global; Magia da palavra; Meu livro de português; Novo português básico; O domínio da linguagem; PAI – comunicação e expressão; Palavra e ação; Palavra: verso e reverso; Para aprender português; Português; Português através de textos; Português – criando e recriando; Português de todo dia; Português dinâmico; Português em sala de aula; Português falando e escrevendo; Português hoje: a comunicação viva; Português – palavras e idéias; Português: uma língua brasileira; Reflexão e ação; Texto e contexto; Textos – compreensão, interpretação e produção – 4; Textos - interpretação e produção; Visão global.
1988
Atividades de comunicação em língua portuguesa; Atos e fatos da língua portuguesa; Aulas de comunicação em língua portuguesa; Comunicação em língua portuguesa; Curso moderno de língua portuguesa; Escrevendo; Estudos de linguagem; Hora de comunicação; Estudando a nossa língua – v. 4; Leitura e produção; Lições práticas de língua portuguesa; Linguagem, leitura e produção de textos; Língua nacional; Língua portuguesa; Língua portuguesa - aprendizagem global; Meu livro de português; Montagem e desmontagem de textos; PAI – comunicação e expressão; Palavra e ação; Português; Português Básico; Português – criando e recriando; Português dinâmico; Português em temática; Português essencial; Português fundamental; Português oral e escrito; Redação em grupo; Reflexão e ação; Texto e contexto – produção de textos; Texto – compreensão, interpretação e produção – 4.
1985
Aprender é viver; Arquitetura da redação – v. 2; Atividades de comunicação em lín-

gua portuguesa; Aulas de comunicação em língua portuguesa; Comunicação; Comunicação em língua portuguesa; Escrevendo; Estudando a nossa língua – v.; Hora de comunicação; Leitura e produção; Ler pensar – interpretação de textos; Lições práticas de língua portuguesa; Linguagem, leitura e produção de textos; Língua nacional; Língua portuguesa; Meu livro de português; Meu universo; Montagem e desmontagem de textos; PAI – comunicação e expressão; Palavra e ação; Português básico; Português dinâmico; Português em temática; Português essencial; Português fundamental (reformulado); Português prático e teórico; Português – tempo de comunicação; Reflexão e ação.

Antes de prosseguirmos, cabe considerar sobre o arquivo supra, que optamos por reunir somente os títulos que caracterizaram obras destinadas aos anos finais do ensino fundamental. Isso devido a maior regularidade na distribuição do material didático disponível para os anos iniciais da educação básica em comparação com o ensino médio. Esclarecemos, ainda, que, nos anos de 1985, 1988 e 1992, os livros estavam indicados separadamente por série. Buscamos resolver essa questão escolhendo aqueles indicados para a 8ª série e ignorando as séries anteriores. Através dessa triagem, procuramos reduzir ao máximo a flutuação de público (faixa etária, por exemplo) e assim dar uma coesão maior ao nosso *corpus*, já que nos interessa a regularidade das paráfrases. Buscamos, de fato, criar um efeito de unidade para o nosso arquivo.

3.2. O objeto discursivo

Como qualquer termo cuja função seja nomear algo, os títulos ora analisados podem ser considerados sintagmas nominais discursivos. Acrescentamos, a essa categorização, a designação “discursivo”, uma vez que a estrutura sintagmática prescrita pela norma gramatical não se apresenta, no material analisado, em sua perfeita relação, mas está implicada por processos discursivos que funcionam determinando a construção dos sentidos a partir dos elementos linguísticos referenciados a partir do esquema do sintagma nominal. Desse modo, a matriz S = [Especificador + Núcleo + Complemento], adequada para explicar a construção “livro didático de língua portuguesa”, à primeira vista, apresenta limitações quando analisamos nosso objeto. Contudo, é por isso que acrescentamos o termo discursivo, a estrutura sintagmática é exposta ao olhar do analista no momento em que reconhecemos o seu núcleo discursivo, indispensável para o sintagma.

Mobilizamos em nossa abordagem o mecanismo parafrástico de

(re)produção dos sentidos, segundo o qual todo intradiscurso é construído num movimento de retomada do já dito no seio de uma determinada formação discursiva (FD). Assim, os títulos que compõem o *corpus* em evidência são paráfrases discursivas porque em sua própria materialização fazem referência a algo anteriormente manifestado, seja na memória do que é um título, seja no paralelismo provocado pela disposição dos títulos um a um no catálogo, seja no esforço direto de repetir na língua a terminologia já estabelecida pela FD em que circula.

Tanto o esquema sintagmático quanto o mecanismo parafrástico são determinantes para expor o objeto discursivo sob o qual nos debruçamos no presente estudo. Ou seja, sendo sintagmas nominais discursivos (SND) funcionando parafrasticamente em uma dada FD, os títulos evocam possibilidades de sentidos que nos ajudam a compreender como os discursos são reproduzidos por meio das políticas públicas educacionais no Brasil ao longo do período analisado, especialmente no tocante às concepções de ensino de língua portuguesa nos anos finais do ensino fundamental.

Ao mesmo tempo em que retoma o já dito, a paráfrase discursiva também produz polissemia, ou seja, ela dispersa sentidos. Essa articulação entre a paráfrase e a polissemia afeta o modo como os dizeres são construídos. No campo das políticas públicas para o ensino de Língua Portuguesa, essas construções mostram como diferentes concepções e abordagens disputam espaço no imaginário simbólico. Em especial, esses processos nos ajudam a compreender a questão em torno dos sentidos que circulam no âmbito do PNLD e o modo como as discursividades são direcionadas para o público escolar.

3.3. O mecanismo parafrástico e seus dispositivos

Em nosso estudo consideramos que o mecanismo parafrástico – conceitualmente contraditório em si, pois, ao mesmo tempo em que repete o já dito, o faz por meio de variações linguísticas que pretendem dizer o mesmo de forma diferente e, assim, abre espaço para o equívoco dos sentidos, ou seja, outros dizeres – opera por meio de dois dispositivos diferentes: o de interdição e o de dispersão. O dispositivo de interdição opera na língua por meio da repetição, do já dito. Com isso, recorre-se a ilusão de que os sentidos serão recuperados parafrasticamente produzindo o efeito supostamente desejado. A ilusão mesma do sinônimo perfeito. A interdição é a repetição (um tipo de paráfrase) que mobiliza um e-

feito de convergência dos sentidos ao interditar outras leituras. Assim esse dispositivo mobiliza os termos “língua portuguesa” e “português” de modo a interditar outras leituras fora da FD e retomar as relações semânticas com o SND.

Por sua vez, o dispositivo de dispersão dos sentidos abre para as possibilidades de leitura articulando outras estratégias linguísticas para retomar a FD e acentuando interdiscursividades em relação ao SND parafraseado. A dispersão é, também um processo discursivo que provoca polissêmia, uma vez que, ao redizer o já dito, mobiliza-se outros dizeres.

Ambos os dispositivos operam por meio da paráfrase, mas se distinguem no campo da formulação. Na interdição, não se verifica uma alteração substancial na estrutura enunciativa. Já na dispersão existe uma outra forma de dizer, uma nova construção linguística para produzir o mesmo significado. No caso analisado neste artigo, os dois dispositivos funcionam parafraseando o SND “Livro para ensinar língua portuguesa”.

Embora as marcas linguísticas demonstrem as relações que nos propomos a discutir, não são apenas esses referenciais da língua os responsáveis pela dispersão dos sentidos. Cada enunciação é determinada por condições sócio-históricas específicas. A cada formulação do já dito, a cada incursão à memória discursiva, ao arquivo, ocorrem dispersões dos sentidos. Ou seja, modificam-se as relações da língua com as condições de produção.

4. Análise e discussão

Para nossa análise, organizamos o arquivo em três grupos, representando um período de 10 anos cada. Esse interstício surgiu ao constarmos que até o ano de 1996 o PNLD não possuía um processo de avaliação do material didático segundo o qual fosse possível garantir a universalização do que seria oferecido às escolas. Desse modo, verificamos um intervalo decenal (1985-1995) entre os primeiros catálogos e o início das novas regras, que marca os limites do segundo agrupamento de análise (1996-2006). Por fim, observamos a possibilidade de reunir um terceiro grupo também com a mesma extensão cronológica, de 2007 a 2017. Seguem as análises.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

1985-1995	
DISPERSÃO	INTERDIÇÃO
<p>Escrevendo; Visão global; Meu universo; Construindo a comunicação; O domínio da linguagem; Magia da palavra; Arquitetura da redação – v. 2; Hora de comunicação; Montagem e desmontagem de textos; Palavra: verso e reverso; Estudos de linguagem; Redação em grupo; Leitura e produção; Texto e contexto; Reflexão e ação; Ler e redigir – 4; Palavra e ação; Ler pensar - interpretação de textos; Texto – compreensão, interpretação e produção – 4; PAI – comunicação e expressão; Textos – interpretação e produção; Linguagem, leitura e produção de textos; Língua nacional; Comunicação; Aprender é viver; Aprendendo comunicação – versão Minas Gerais; Estudando a nossa língua – v. 4</p>	<p>Português; Português oral e escrito; Português: uma língua brasileira; Português hoje: a comunicação viva; Novo português básico; Português – tempo de comunicação; Português – tempo de comunicação; Português de todo dia; Português dinâmico; Português fundamental (reformulado); Português – criando e recriando; Português – palavras e ideias; Português através de textos; Português Básico; Português em sala de aula; Português em temática; Português essencial; Português falando e escrevendo; Português prático e teórico; Língua portuguesa; Língua portuguesa – aprendizagem global; Meu livro de português; Aulas de português; Para aprender português; Comunicação em língua portuguesa; Atividades de comunicação em língua portuguesa; Curso moderno de língua portuguesa; Atos e fatos da língua portuguesa; Aulas de comunicação em língua portuguesa; Lições práticas de língua portuguesa; Ensino da língua portuguesa através de exercícios</p>

A categorização disposta no quadro anterior retoma a perspectiva apontada por Orlandi (1987) para quem os processos parafrásticos conduzem a discursividades institucionais – em nossa investigação, podemos dizer, também, nacionalistas –, como no caso de “português: uma língua brasileira”, “língua nacional”, “Português em sala de aula”, etc. Por outro lado, ainda segundo a autora, os polissêmicos contribuem para explicitar discursividades imbricadas no processo de globalização capitalista. É o que compreendemos quando se recorre a títulos como “Visão global”, “Arquitetura da redação”, “Montagem e desmontagem de textos”, “Comunicação”, “Língua portuguesa – aprendizagem global”, “Curso moderno de língua portuguesa”, etc.

1996-2006	
DISPERSÃO	INTERDIÇÃO
Linguagem Nova; Coleção Palavras; Coleção Linguagem Nova; Coleção Palavra Aberta; Coleção Entre Palavras – Edição Renovada; Coleção Leitura do Mundo; Coleção Série Link da Comunicação; Coleção Para Ler o Mundo; Leitura do Mundo; Tudo da Trama Tudo dá Trama; Linguagem: Criação e Interação; Tecendo: linguagens; Coleção Arte & Manhas da Linguagem; Coleção Encontro e reencontro em Língua; Montagem e desmontagem de textos; Coleção A Palavra é Sua; Oficina de Textos – Leitura e Redação; LEC - Linguagem, Expressão e Cidadania; Coleção ALP Novo - Análise, Linguagem e Pensamento; Coleção ALET – Aprendendo a Ler e Escrever Textos; Coleção Lendo e Interferindo; Lendo e Interferindo; Linguagem e Interação; Coleção Olhe a Língua!	Português: Linguagens; Coleção Português Linguagens; Coleção Português: Texto & Voz; Coleção Português para Todos; Coleção Português em outras Palavras; Português em Outras Palavras; Português: Palavra Aberta; Coleção Português – Uma Proposta para o Letramento; Coleção Português – Ideias & Linguagens; Coleção Português – Leitura, Produção, Gramática; Coleção Português na Ponta da Língua; Coleção Português: Dialogando com Textos; Português na ponta da Língua; Português: Leitura e Expressão; Coleção Língua Portuguesa – Linguagens no Século XXI; Coleção Língua Portuguesa - Rumo ao Letramento; A Palavra é Português; Entre Palavras – Língua Portuguesa; A Palavra é Sua – Língua Portuguesa; Olhe a Língua! Língua Portuguesa; Coleção Tecendo Textos – Ensino de Língua Portuguesa através de Projetos; Tecendo Textos – Ensino de Língua Portuguesa Através de Projetos; Coleção Ler, Entender, Criar – Língua Portuguesa; ALP - Análise, Linguagem e Pensamento – Língua Portuguesa; Encontro e Reencontro em Língua Portuguesa – Reflexão e Ação

Na segunda década, percebemos que os títulos dispersivos passaram a ser menos recorrentes em comparação aqueles construídos segundo o dispositivo de interdição. Contudo, com a institucionalização democrática estabelecida e os movimentos educacionais ganhando cada vez mais força, os títulos interditivos mobilizam outros referenciais, inclusive recorrendo a certa irreverência ao se utilizar de trocadilhos e intertextualidades: “Português em outras palavras”, “Português na ponta da língua”, “A palavra é Português”, “Olhe a Língua! Língua portuguesa”, “Tecendo textos – ensino de Língua Portuguesa”, “Link da comunicação”, “Tudo da trama tudo dá trama”, etc.

2007-2017	
DISPERSÃO	INTERDIÇÃO
<p>Leitura do Mundo; Novo Diálogo; Linguagem Nova; A Aventura da Linguagem; Tudo é Linguagem; Linguagem: Criação e Interação; Tecendo Linguagens; Trabalhando com a Linguagem; Praticando Nossa Língua; Diálogo – Edição Renovada; Texto & Linguagens; Singular & Plural – Leitura, Produção e Estudos de Linguagem; Ler, entender, criar; Olhe a Língua!</p>	<p>Português – Linguagens; Português para Todos; Português: uma língua brasileira; Português em Outras Palavras; Português nos dias de hoje; Português – Uma Proposta para o Letramento; Português – A Arte da Palavra; Português – Ideias & Linguagens; Português – Leitura, Produção, Gramática; Português na Ponta da Língua; Português: Dialogando com Textos; Língua Portuguesa – Linguagens no Século XXI; Língua Portuguesa Rumo ao Letramento; Língua Portuguesa – Linguagem e Interação; Língua Portuguesa – Linguagens no Século XXI; Para Viver Juntos – Português; Projeto Araribá – Português; Projeto ECO – Língua Portuguesa; Projeto Radix – Português; Projeto Teláris – Português; Viva Português; Construindo Consciências – Português; Vontade de saber português; Trajetórias da Palavra – Língua Portuguesa; Coleção perspectiva: língua portuguesa; Universos – Língua Portuguesa; Para Ler o Mundo – Língua Portuguesa; Coleção Mosaico do Conhecimento: Língua Portuguesa; Coleção Tecendo Linguagens: Língua Portuguesa; Jornadas.port – língua portuguesa</p>

Na terceira década, títulos com associações mais dispersas em relação ao núcleo do SND, que fundamenta a reprodução parafrástica, passam a ser menos frequentes. É o caso de ocorrências como “Tecendo Linguagens”, “Tecendo Textos”, “Coleção Mosaico do Conhecimento: Língua Portuguesa” e “Construindo Consciências – Português”. As derivas dos sentidos nesses títulos apontam para formações discursivas que possivelmente estão associadas a tentativas de se afastar a concepção de ensino tradicional de língua portuguesa para algo que supere o estudo da gramática pela gramática.

Esse gesto de afastamento da paráfrase por meio de associações com outros discursos demonstra que a língua não dá conta de exprimir todo o sentido que se quer para uma obra. A manifestação da linguagem é uma tentativa de expressão de um “sentido particular” e interdição de tantos outros. Todavia, como sabemos, não existe sentido que caiba na materialidade da língua. Talvez o título “Aprender é viver” estivesse

mais adequado na capa de um manual de autoajuda; “Meu universo”, quem sabe, possuísse maior aderência a temáticas do campo da física; e “Tudo da trama Tudo dá Trama” caísse bem num curso de narrativas. As discursividades circulam segundo as relações mobilizadas em condições sócio-históricas específicas.

Podemos ainda considerar a partir de nossa análise que, no início das primeiras décadas do PNLD, as obras foram selecionadas dentro dos campos disciplinares “Comunicação e expressão” e “Português”. Podemos compreender que esse direcionamento conceitual deu as condições para formulações como “Comunicação”, “Português hoje: a comunicação viva”; “Novo português básico”; “Português – tempo de comunicação”; “Comunicação em língua portuguesa”; “Atividades de comunicação em língua portuguesa”; “Curso moderno de língua portuguesa”; “Atos e fatos da língua portuguesa”; “Aulas de comunicação em língua portuguesa”; “PAI - comunicação e expressão”. Nosso arquivo confirma isso materialmente quando as expressões comunicação e expressão se tornam menos recorrentes na segunda década do PNLD, onde apareceram “Link da comunicação”, “Português: leitura e expressão” e “LEC – Linguagem, Expressão e Cidadania”. Essa constatação se faz importante uma vez que nossa análise privilegia a mobilização da FD para a produção dos sentidos nos títulos das obras do PNLD.

Do mesmo modo como alguns termos deixaram de ocorrer com o tempo, outros passaram a ser cada vez mais presentes nos títulos. Tome-mos o exemplo de “linguagem”, que opera discursivamente acionando a memória da formação discursiva que, por sua vez, constrói o efeito parafrástico da relação com o ensino de Língua Portuguesa. Desse modo, é possível considerar (dentro dos limites dessa análise) que “Língua Portuguesa” (ou Português) e “Linguagem” possuem as propriedades discursivas semelhantes dentro da referida FD, especialmente em nosso arquivo porque há uma referência ao ensino da Língua Portuguesa e não a outra língua (como o Inglês, o Espanhol ou a LIBRAS) ou linguagem específica (como a poesia ou a música). O português é uma linguagem e, em nosso recorte, ambos os termos, mesmo com as dispersões provocadas, estão associados a uma mesma formação discursiva.

Pelo que vimos discutindo até aqui, é possível compreender a realização de paráfrases, que num primeiro momento, atuam para restringir os sentidos dos títulos. Acontece, em outras palavras, um processo de retomada dentro do SND que atua de forma ordenada para a construção simbólica daquilo que é aceitável dentro da respectiva FD do ensino de

língua portuguesa nos diferentes contextos históricos. Contudo, essa regularidade instaurada ideologicamente provoca deslizos nos sentidos propostos de modo a inaugurar uma nova configuração dos dizeres, ou seja, ocorre uma atualização enunciativa conforme são realizadas as sucessivas sobreposições. Assim, seria possível uma leitura que relacionasse o título “Português para todos” ao programa “Luz para todos”, criado no pelo governo federal em 2003, ou que estabelecesse um paralelo entre o título “Olhe a língua! Língua portuguesa” com o grito junino “olhe a chuva!” que é seguida pela expressão “é mentira!”. Essas possibilidades merecem ser investigadas já que as condições de produção são determinantes para que as elaborações intradiscursivas se manifestem de um jeito e não de outro. Assim, a paráfrase discursiva é o que podemos considerar como a irregularidade instaurada pela regularidade.

Enfim, os dispositivos parafrásticos (interdição e dispersão) apresentados em nossa análise funcionam mobilizando a formação discursiva. A materialidade histórica afeta discursivamente a língua construindo as condições para a produção dos sentidos e determinando as possibilidades do dizer.

5. Considerações finais

Analisamos nesse artigo o processo discursivo de formulação dos títulos dos livros didáticos de língua portuguesa para as últimas séries do ensino fundamental aprovados pelo PNLD ao longo dos anos de 1985 a 2017.

A partir do que demonstramos é possível direcionar algumas considerações: (i) O nosso arquivo mostrou-se consistente para realizarmos essa investigação; (ii) A observação do SND e sua relação com a formação discursiva do ensino de língua portuguesa contribuiu para nossa compreensão de como os discursos são elaborados e circulam nos catálogos do PNLD; (iii) A categorização das estruturas segundo as quais os títulos foram construídos mostrou como a paráfrase discursiva operacionaliza os efeitos de sentido; (iv) A distinção entre paráfrase de interdição e paráfrase de dispersão foi determinante para nossa compreensão de como os sentidos são afetados pela exterioridade; e (v) Dentro dos limites que estabelecemos, nossa análise lançou uma luz sobre os processos discursivos que possibilitam a produção e reprodução dos sentidos a partir uma dada formação discursiva.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Desse modo, esperamos contribuir para uma maior compreensão acerca da influência das políticas públicas sobre as discursividades que as escolas reproduzem. Especialmente, problematizamos os processos discursivos implicados na produção dos sentidos no âmbito do PNLD. O fato é que, sendo um recurso fundamental em sala de aula, o livro didático direciona o processo pedagógico a partir de matrizes historicamente situadas e inscritas em formações discursivas, às vezes antagônicas às condições de produção dos sentidos nos diversos contextos escolares brasileiros. É o caso, por exemplo, do livro de língua inglesa que evoca brincadeiras na neve para ensinar ao aluno do interior de Sergipe as estações do ano naquele idioma. Para isso, tende a ser inscrito em FD capazes de produzir sentidos específicos para o determinado público. Embora, é bem verdade, sempre houve espaço para circulação desses sentidos desde que a cultura estadunidense passou a influenciar nosso modo de vida. No mínimo, consideramos que o cenário é de controversas em torno das concepções que envolvem o ensino da disciplina de Língua Portuguesa, discussão que tem estado em evidência desde que foi criada a política de aquisição e distribuição do livro didático. Vários estudos mostram que ainda resiste um modelo de ensino pautado na gramática, embora seja perceptível um movimento em direção a uma pedagogia baseada no gênero textual e na análise linguística.

Por fim, ratificamos por meio desse estudo que investigações sobre o objeto discursivo são importantes para se compreender as dimensões do alcance simbólico das decisões governamentais. Desse modo, entendemos que nossa análise apresenta uma necessária contribuição para o debate acerca do ensino de língua portuguesa, tendo em vista que o modo como Estado constrói sentido afetam principalmente os grupos alvo das políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Decreto nº 91.542, de 19 de Agosto de 1985*. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Brasília-DF: Presidência da República, [1985]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 jan. 2018.

BUNZEN, Clécio. A fabricação da disciplina escolar Português. In: *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, V. 11, n. 34, p. 885-911, set./dez. 2011.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

BUNZEN, Clécio. Construção de um objeto de investigação complexo: o livro didático de língua portuguesa. In: *Estudos Linguísticos XXXIV*, São Paulo, p. 557-62, 2005.

BUNZEN, Clécio. O antigo e o novo testamento: livro didático e apostila escolar. In: *Ao pé da letra*, Recife, PE, p. 35-46, 2001.

BUNZEN, Clécio. O tratamento do conceito de gramática nos livros didáticos. In: *Ao Pé da Letra*, Recife, V. 1, p. 41-8, 2000.

DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini; MILITÃO, Silvio Cesar Nunes; MILITÃO, Andréia Nunes; PERBINI, Fabio; RAMOS, Regina Célia; LIMA, Vanda Moreira Machado; LEITE, Yoshie Ussami Ferrari. Uma proposta de aperfeiçoamento do PNLD como política pública: o livro didático como capital cultural do aluno/família. In: *Ensaio*: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, V. 22, n. 85, p. 1027-56, out./dez. 2014.

GONÇALVES, Adair Vieira; NAPOLITANO, Alice Ane Napolitano. A (re) escrita de textos em livros didáticos de língua portuguesa. In: *Acta Scientiarum: Language and Culture*, Maringá, v. 35, n. 2, p. 105-114, abr./jun., 2013.

HEINECK, Francieli; PINTON, Francieli Matzenbacher. A prática de análise linguística no livro didático: uma perspectiva em construção. In: *Domínios da Linguagem*, V. 8, n. 1, p. 439-58, jan./jun. 2014.

ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, Eduardo. (org.). *Linguística: questões e controvérsias*. Série Estudos n. 10. Uberaba: Fiube, 1984. p. 9-26

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas-SP: Unicamp, 2009.

RODRIGUES, Paulo Cezar; FERNANDES, Eliane Marquez da Fonseca. A produção textual no livro didático do ensino médio: identificação da abordagem teórica. In: *Acta Scientiarum: Language and Culture*, Maringá, V. 36, n. 4, p. 427-35, Out./Dez., 2014.

SIGNORINI, Inês. Invertendo a lógica do projeto escolar de esclarecer o ignorante em matéria de língua. In: *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 90-99, 1º sem, 2004.

SILVA, Franciele Marques da; CARVALHO, Marilda Alves Adão. A variação linguística em livros didáticos de Língua Portuguesa. In: *Socio-dialeto (On-line)*, V. 3, p. 86-106, 2013.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SOARES, Ricardo Pereira. *Compras governamentais para o Programa Nacional do Livro Didático: uma discussão sobre a eficiência do governo*. Brasília: IPEA, 2007.

STRIQUER, Marilúcia dos Santos Domingos; PAIXÃO, Sergio Vale da. O gênero discursivo/textual nos livros didáticos de Língua Portuguesa: uma proposta de inovação orientada pelos documentos oficiais. In: *Entretextos*, Londrina, V. 10, n. 2, p. 92-107, jul./dez., 2010.

TAGLIANI, Dulce Cassol. O livro didático como instrumento mediador no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa: a produção de textos. In: *RBLA*, Belo Horizonte, V. 11, n. 1, p. 135-48, 2011.

TAGLIANI, Dulce Cassol. O papel da escola no conflito linguagem e estruturas sociais. In: *Linguagens & Cidadania*, Rio Grande-RS, V. 1, p. 1-6, 2006.

TAGLIANI, Dulce Cassol. O processo de escolha do livro didático de língua portuguesa. In: *Linguagem em (Dis)curso* (Impresso), Palhoça-SC, V. 9, p. 303-20, 2009.

VAHL, Mônica Maciel; PERES, Eliane. O programa do livro didático para o ensino fundamental (1971–1976). In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, V. 47, n. 164, p. 562-85, abr./jun. 2017.